

# O dialecto algarvio abordagem histórica

Maria Alice Fernandes

Universidade do Algarve

Comunicação apresentada ao *I Encontro As Tradições Orais no Algarve - Vozes da Terra* (Casa do Povo de Querença, 3 e 4 de Novembro de 2006), organizado pela Fundação Manuel Viegas Guerreiro e pela Câmara Municipal de Loulé.

Versão digital on-line

**Campo Arqueológico de Tavira**



[www.arqueotavira.com](http://www.arqueotavira.com)

21 Janeiro 2008



## Resumo

Com origem no romance galego-português, transplantado da sua área inicial a norte do vale do Vouga pelos conquistadores, o dialecto algarvio conserva ainda sons, palavras e regras de gramática que testemunham esse estado de língua ancestral, assim como soluções minhotas, também elas medievais, trazidas pelos colonos. Conserva igualmente características do romance moçárabe, a língua neo-latina falada pelas populações hispanogodas durante o domínio islâmico, bem como arabismos fixados por essas mesmas populações. A par dos seus traços conservadores, o algarvio caracteriza-se também por soluções históricas inovadoras, umas espontâneas, outras provavelmente devidas a influência galo-românica das ordens militares com aquela origem ou a influxo do árabe andaluz. O seu carácter simultaneamente conservador e inovador ficaria a dever-se à difusão e preservação regionais da *koinê* medieval, uma variedade do português simplificada e regularizada que resultou de um processo de nivelamento dialectal nos territórios colonizados.



## 1. Um modelo regional de realização da língua portuguesa

O dialecto algarvio é um subconjunto organizado de sons, palavras e regras de gramática da língua portuguesa usado para a comunicação pela comunidade algarvia, que resulta de escolhas ancestrais feitas pelos seus falantes de entre as possibilidades oferecidas por aquele sistema linguístico. Essas escolhas espelham a história linguística da comunidade portuguesa algarvia - são as Vozes da Terra. Vozes que consistem naquilo que já se disse e normalmente se diz na região e que uma tradição multissecular consagrou. E, por essa razão, o dialecto algarvio é um modelo de realização da língua, uma norma regional.

Enquanto norma regional, o dialecto algarvio distingue-se da norma-padrão não pelo seu valor linguístico, mas sim pelo seu estatuto social e pela sua difusão. Com efeito, a norma-padrão é também ela um subsistema linguístico do português<sup>1</sup>. Mas, como o próprio nome indica, funciona como o modelo dos modelos para todos os falantes do português europeu: é a língua oficial, usada na administração e no ensino, a única que possui registo escrito e, por isso, aquela em que se conserva o património literário.

## 2. Um dialecto português meridional

A língua portuguesa conhece uma divisão dialectal em variedades setentrionais e centro-meridionais correspondentes, respectivamente, a dialectos primários e secundários. A isófona (fronteira fonética) que os separa corresponde a uma linha que atravessa obliquamente o centro de Portugal, partindo da costa ao norte de Aveiro e encontrando a fronteira com Espanha na região de Castelo Branco. Trata-se da isófona relativa aos diferentes resultados da fusão do sistema medieval de sibilantes: ápico-alveolares nos territórios a norte e predorsodontais nos territórios a sul.

Os dialectos primários constituem os formados na área original do galego-português a norte do Vale do Vouga<sup>2</sup>, território de habitação permanente e antiga que preservou a continuidade dos modos de falar autóctones. Os secundários são o resultado da colonização linguística interna portuguesa nos territórios conquistados aos mouros, onde a mistura de etnias e variedades linguísticas se materializou no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação.

---

<sup>1</sup> Adopto aqui a definição de norma-padrão como «o conjunto dos usos linguísticos das classes cultas da região Lisboa-Coimbra» devida a Cintra (1988: 6), na medida em que esta definição se reporta à situação sociolinguística anterior às mudanças pós 25 de Abril de 1974, período a que corresponde a caracterização do dialecto algarvio efectuada por Clarinda Maia (1975) que aqui sigo na generalidade.

<sup>2</sup> A área original do galego-português, a chamada *Galécia Magna*, abrangia a região entre os rios Minho e Vouga, a Galiza e a zona ocidental das Astúrias.



A relativa homogeneidade dos dialectos centro-meridionais permite-nos supor que os processos de nivelação dialectal tenham sido tendencialmente os mesmos em todo o território colonizado. Deles resultará uma *koiné*<sup>4</sup>, uma variedade simplificada e regularizada do português arcaico, que inicialmente terá funcionado como língua franca da nova comunidade de fala, mas que se desenvolveu rapidamente como língua materna, dando origem ao português do Sul.

A diferenciação dialectal do português do Sul em dois subgrupos, o do centro-litoral e o do centro interior e sul, acompanha a história da conquista e colonização interna.

A região entre o Mondego e o Tejo, que corresponde, *grasso modo*, à área do grupo dos dialectos do centro litoral (estremenho e beirões), constitui uma zona de transição a que faltam traços privativos, pois partilha dialectalismos setentrionais e meridionais. A sua falta de individualidade dialectal ficaria a dever-se à continuidade de contacto com os dialectos primários, possibilitada pela proximidade geográfica com a área original galego-portuguesa, mas sobretudo pela cronologia da conquista e pelas estratégias de povoamento.

A conquista desta região terminou no século XII e a eficácia da colonização garantiu uma difusão continuada do galego-português, ao fixar populações setentrionais nos territórios à medida que iam sendo conquistados. O povoamento municipal nos termos dos núcleos urbanos moçárabes promoveria a sua rápida adopção, pois pô-lo-ia em contacto privilegiado com falantes de um outro estrato evolutivo do latim vulgar. E se este tipo de povoamento criou condições favoráveis particulares para os processos de nivelamento dialectal, dado ser nos ambientes urbanos que se verificaria a maior concentração dos dois grupos populacionais, também sujeitou a *koiné* emergente à influência da língua da administração, que, recorde, seria ainda a minhota aquando da conquista desta região. A fundação de novas povoações, no litoral e ao longo das principais vias, estabeleceu, por seu lado, a ligação atlântica com os territórios do Norte, o que reforçou e prolongou a continuidade de contacto com os dialectos primários.

Do vale do Tejo até o Guadiana, territórios que correspondem ao grupo dos dialectos do centro interior e sul (ribatejano, baixo-beirão, alentejano e algarvio), a conquista concluiu-se mais tarde, na primeira metade do século XIII, e o repovoamento não teve a mesma intensidade. O menor afluxo de colonos vindos do Norte e a distribuição inicial de vastas propriedades pelas ordens militares (Templários-Cristo, Avis, Santiago), maioritariamente dedicadas à criação de gado, não alteraria a fraca densidade populacional

---

<sup>4</sup> Emprego o termo *koiné* no sentido em que Siegel (1985) o aplica, como um resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos, tais como dialectos regionais ou literários.

de vastas parcelas dessa extensa região. O povoamento municipal seria também aí aplicado, mas essencialmente em torno dos principais núcleos urbanos, herdados do domínio islâmico, sendo em menor número a fundação de novas povoações, algumas delas devidas às referidas ordens militares. Esse contexto político-social favoreceu não só a continuação do nivelamento dialectal iniciado na região centro-litoral, como a preservação dos seus resultados.

São os traços comuns aos dialectos centro-meridionais que nos permitem reconstituir o que terá sido a *koiné* medieval<sup>5</sup>. Essa língua foi, a um tempo, conservadora e inovadora. Perpetuou traços do português arcaico e também soluções coevas minhotas, cujas tendências simplificadoras não deixariam de ser aproveitadas pelas populações autóctones. Preservou igualmente características do moçárabe, o romance meridional falado pelas populações cristãs sob domínio árabe. Mas também conheceu inovações, algumas delas devidas ao próprio adstrato árabe, outras à influência das ordens militares de origem galo-românica e outras ainda geradas espontaneamente na convivência da comunicação entre gentes de tão diversas origens.

Nenhum dos dialectos do centro interior e sul possui, actualmente, traços exclusivos. Mas, apesar disso, a sua vitalidade e distribuição não é idêntica: o mesmo traço dialectal pode num deles ocorrer apenas no falar de algumas localidades e noutro ser extensivo a toda a região, pelo que o conjunto de traços de uso geral que caracteriza cada um dos dialectos do centro interior e sul é particular. As escolhas que vieram a configurar a individualidade destes dialectos foram, assim, diferenciadas e, mais uma vez, dependeram das vicissitudes histórico-políticas e sociais das regiões por eles caracterizadas.

São também factores da mesma natureza que determinam a adopção do português do Sul como língua culta. Desde inícios do século XII que é em Coimbra que se localizam os centros político e cultural do reino. A partir do século XIII, esses centros deslocam-se gradualmente para sul, primeiro para Santarém e depois para Lisboa, e com eles a nobreza, que se meridionaliza, embora mantendo o prestígio das suas origens nortenhas. Após a revolução de 1383-1385, a área de influência política e cultural do Reino fixa-se definitivamente no espaço koinizado centro-meridional, centrada em Lisboa. A queda da nobreza setentrional tem como consequência o desprestígio das suas características linguísticas e o português culto distancia-se então das suas origens e sofre um processo de elaboração. É durante a primeira metade do século XV que se forja esse processo, através

---

<sup>5</sup> Determinei os traços comuns aos dialectos centro-meridionais com base, essencialmente, nos dados dialectais apresentados nos estudos de Leite de Vasconcellos (1901), Boléo (1974), Maia (1975, 1981), Cintra (1983), Cruz (1987 e 1991), Martins (1995) e Florêncio (2001).

da eliminação de dialectos em torno de um centro hegemónico: a Corte de Avis. Funcionando como ‘força centrípeta’, a nova Corte laborará no sentido da unificação de um idioma nacional, absorvendo as distintas áreas dialectais e marginalizando as características – doravante regionais – do Norte (Cardeira 2006).

O português médio (v. n.4), base da futura standardização da língua<sup>6</sup>, incorporará muitas das inovações da *koinê* medieval. Outras, no entanto, manterão o estatuto de dialectalismos, a par dos traços galego-portugueses e moçárabes conservados nas variedades centro-meridionais.

### 3. Caracterização do dialecto algarvio

#### A. Constituição histórica

O algarvio é, do grupo de dialectos do centro interior e sul, aquele que conserva um maior número de características da *koinê* medieval como traços de uso geral. Do mesmo modo, também nele persistem vestígios galego-portugueses e soluções dialectais minhotas e alto-minhotas (estas comuns ao galego sul-ocidental) que, tendo ou não feito parte da primitiva *koinê*, não subsistiram noutras variedades meridionais<sup>7</sup>. Este quadro linguístico levanta três problemas: o de conhecer os factores que propiciaram a adopção da *koinê* medieval, os que promoveram a sua difusão e os que condicionaram a sua preservação ainda durante a segunda metade do século XX.

Não existem estudos históricos sobre a colonização interna portuguesa no Algarve, pelo que não dispomos de estimativas sobre o número de colonos, a sua proveniência regional e os seus locais de assentamento<sup>8</sup>. O quantitativo de colonos não parece, no entanto, ter sido muito grande, em virtude de a época da conquista da região ter coincidido com o abrandamento da pressão demográfica nas terras a norte do Tejo e com a colonização do espaço alentejano. E também parecem ter sido muito poucos os nobres e os titulares das comendas de Santiago e de Avis que fixaram residência na região, conforme revela a composição dos apoiantes algarvios do Mestre de Avis, na maioria membros de uma pequena nobreza local, com origem nos cavaleiros vilãos e nos homens bons dos concelhos (Oliveira 1997: 12-13).

---

<sup>6</sup> Por *standardização* do português entenda-se a normatização e fixação da língua, iniciada em quinhentos com a publicação das primeiras gramáticas do português (a de Fernão de Oliveira em 1536 e a de João de Barros em 1540).

<sup>7</sup> Veja-se, adiante, 3 B. Traços originais do português algarvio.

<sup>8</sup> Apesar de as fontes documentais remanescentes serem escassas, é provável que o seu estudo dirigido nos permita obter indicadores sobre os factores mencionados.

O que sabemos a este respeito deve-se, assim, mais aos próprios traços linguísticos que caracterizam o dialecto algarvio, pelo que deixam transparecer de antigas afinidades com as variedades setentrionais e com a *koiné* processada na área centro-meridional, em geral, e nas regiões da Beira Baixa e Alto Alentejo e do Baixo Alentejo<sup>9</sup>, em particular, do que aos dados históricos. Deve-se também à toponímia, quando as denominações de lugares perpetuaram formas setentrionais<sup>10</sup> ou vincularam à terra nomes de colonos<sup>11</sup> ou designações de formas de propriedade senhorial com aquela origem<sup>12</sup>.

São também as mesmas fontes dialectais e toponímicas que nos revelam a persistência de populações moçárabes (Fernandes 2007), o que poderá ter favorecido a rápida adopção da língua românica do noroeste peninsular no que restava do antigo território do al-Gharb andaluz, à semelhança do que teria acontecido na região moçárabe do Vale do Mondego.

Já a difusão da *koiné* seria garantida pelas comunicações terrestres inter-regionais e pela organização espacial, herdadas do período islâmico.

A disposição do território algarvio em cornija, que separa a planície litoral do interior montanhoso, define, desde tempos ancestrais, duas regiões geograficamente bem marcadas: o Algarve propriamente dito (Litoral e Barrocal) e a Serra<sup>13</sup>. A existência desta planície favoreceu desde tempos pré-históricos as comunicações longitudinais, que se materializaram através de caminhos naturais ao longo das falhas do Barrocal e da margem estuarina. Este quadro natural foi aproveitado em época romana através da construção de uma infra-estrutura viária madura e desenvolvida, que seria reutilizada durante toda a Idade Média. Complementarmente aos eixos longitudinais, um conjunto limitado de passagens naturais atravessa a Serra e liga-a ao Baixo Alentejo, estabelecendo eixos transversais com um papel primordial na ocupação e nas economias da região (Fraga da Silva 2007). É ao longo do traçado destas vias que se fixaram os assentamentos populacionais que

---

<sup>9</sup> A vizinhança geográfica e o processo de complementaridade agro-económica com a Serra fundamentaram migrações permanentes do Baixo Alentejo para o Algarve.

<sup>10</sup> Refiro-me aos topónimos de origem latina com características linguísticas que os diferenciam dos moçárabes e dos arabizados, nomeadamente aqueles cujas formas resultaram da síncope galego-portuguesa de N e L intervocálicos.

<sup>11</sup> São exemplo os antropotopónimos com nome próprio e patronímico galego-português ou sobrenome geográfico ou étnico indicadores de proveniência: *v.g. Gil Eanes, Mem Moniz, Pêro Jaques, Pêro de Elvas, Pêro Galego*.

<sup>12</sup> É o caso dos topónimos *Paço* (lat. PALATIUM), *Vilar* (lat. VILARE) e *Quintã* (lat. QUINTANA), este último com a variante *Quintão*, e respectivos derivados.

<sup>13</sup> Apesar desta diferenciação geográfica natural e da sua consciência pelos algarvios, não será ela a determinar as diferenças dialectais sub-regionais, mas sim a substituição dos centros político, cultural e religioso na região, os quais contribuiriam para a ruralização do Barlavento (Algarve ocidental), que, juntamente com a Serra (Alto Algarve), constitui uma zona conservadora do ponto de vista linguístico por contraste com o Sotavento (Algarve oriental), zona mais urbanizada e inovadora.

caracterizariam o povoamento rural e urbano do Barrocal e do Litoral durante o domínio islâmico.

Com a conquista portuguesa, o Algarve viveu uma situação de apatia nos séculos XIII e XIV, só alterada com a expansão extra-europeia. Findo o período de promulgação de forais e de criação de novos concelhos, e sem meios para alargar o seu domínio intersticial na região, a Coroa portuguesa limitou a sua intervenção às áreas fiscal e militar e à administração dos núcleos urbanos. As zonas rurais mantiveram, por esse motivo, as suas estruturas orgânicas, de que os vestígios dialectais minhotos que subsistiram em algumas localidades ainda dão testemunho. Por outro lado, o corte das ligações tradicionais com a Andaluzia e o Norte de África, que não foram substituídas por outras equivalentes com os centros políticos e culturais do reino, submeteu a região a condições de insularidade (Oliveira, *ibidem*). Essas condições desenvolveram uma diferenciação cultural que se traduziu na selecção, por parte da recém-criada comunidade algarvia, dos traços da *koiné* processada nos outros territórios colonizados e dos então trazidos pelos colonos setentrionais, e, bem assim, na emergência de tendências evolutivas particulares.

Por escassa que a colonização inicial possa ter sido, ela seria, no entanto, intensificada nos séculos XV e XVI, com o papel desempenhado pelo Algarve na conquista e posterior socorro das praças do Norte de África e no desenvolvimento das navegações e dos descobrimentos atlânticos. É durante esta época que a Coroa acentua a sua intervenção, com a doação de senhorios e titularidades das comendas a familiares do rei e a membros da nobreza da corte, com a criação de condados (o de Faro, os de Loulé e de Alcoutim, e o de Portimão, entregues, respectivamente, aos senhores de Bragança, de Portalegre e de Castelo Branco), com a colonização agrícola de parcelas da Serra, nomeadamente do nordeste, e com a reorganização administrativa e militar de toda a região. O Algarve conhece então um crescimento demográfico e económico, testemunhado, no século XV, pela organização da maioria das suas paróquias rurais e, no XVI, pela elevação das vilas de Tavira, Lagos e Faro a cidades (Oliveira 1997: 14-16).

O contacto de variedades linguísticas do português que se voltou a verificar promoveria mais uma vez o nivelamento dialectal, reforçando o uso dos traços algarvios comuns às restantes variedades centro-meridionais, ao mesmo tempo que acentuava algumas tendências evolutivas locais. Seria, assim, durante os séculos XV e XVI, que se viria a configurar o modo de falar que caracteriza a região.

Mas um outro tipo de nivelamento teria início a partir do século seguinte: o da língua culta, agora a variedade do centro do Reino, difundida nas cidades. É provável que

alguns dos traços gerais algarvios, fixados nas épocas anteriores, possam ter começado a regredir a partir do século xvii, com a progressiva expansão da língua culta nas áreas de influência das cidades.

A expansão da língua culta seria, não obstante, condicionada por uma certa ruralização do Algarve, sobretudo do Barlavento, e pelo seu isolamento relativamente ao resto do país, provocado pelas dificuldades de travessia da Serra. Apesar das ligações por via marítima, ao longo da costa atlântica ou através do Guadiana, as por terra só foram estabelecidas com a construção da linha férrea, iniciada nos finais do século xix, e com a das estradas nacionais via Serra em meados do século seguinte. Estes factores determinariam a preservação da maioria dos traços originais do dialecto algarvio ainda durante a segunda metade do século xx.

## B. Traços originais do português algarvio

Os traços originais do algarvio que a seguir descrevo são os apresentados por Maia (1975) como extensivos a toda a região e os que, pela sua distribuição geográfica, abonam um uso pretérito generalizado<sup>14</sup>. Estes últimos testemunham os processos de regressão já aludidos, recentemente intensificados pelas transformações sociais e culturais que puseram em contacto o dialecto algarvio não só com a norma-padrão mas também com outras variedades regionais do português e com outras línguas<sup>15</sup>.

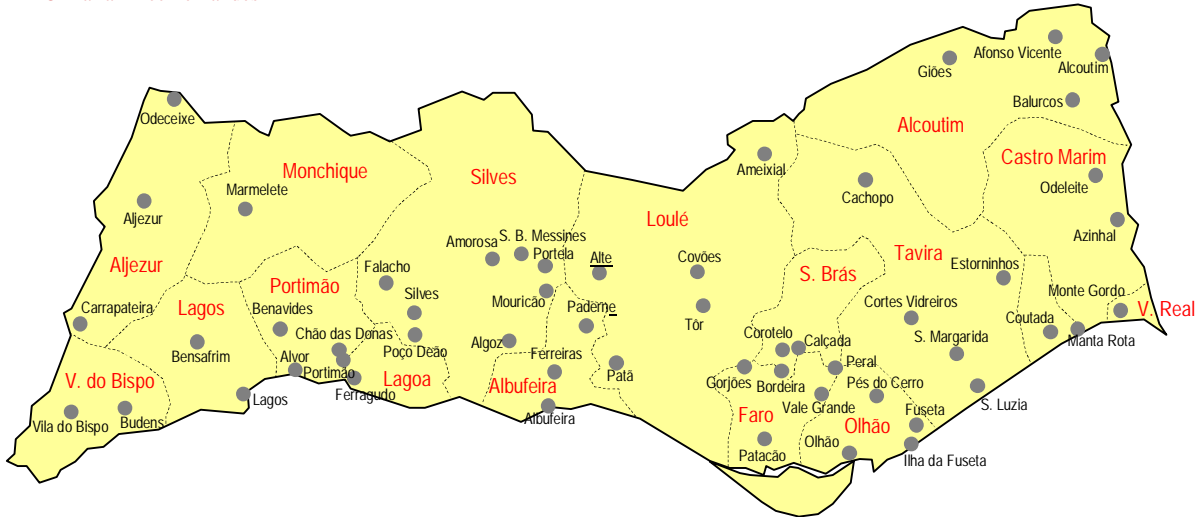
Em consequência dessa recessão, no mapa dialectal do Algarve diferenciam-se duas sub-regiões, uma conservadora e outra inovadora. A conservadora é constituída pelo Algarve ocidental (o Barlavento) e o setentrional (a Serra). O Barlavento, cuja área de maior individualidade não ultrapassa Bordeira (concelho de Aljezur), a norte, nem Alvor (concelho de Portimão), a oriente, atinge o concelho de Loulé, onde tem como localidades de fronteira Boliqueime e Alte. A inovadora corresponde ao Sotavento Litoral e Barrocal, do concelho de Faro para oriente<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Sigo, na generalidade, embora com interpretações pessoais fundamentadas em recentes desenvolvimentos da história da língua portuguesa, o estudo de conjunto sobre o dialecto algarvio de Clarinda Maia (1975) e os de Maria Luísa Segura da Cruz (1987 e 1991), estes relativos, respectivamente, à variedade barlaventina e ao falar de Odeleite. Não apresento dados de autores anteriores por já se encontrarem incluídos nos estudos mencionados. Acrescento, todavia, outros resultantes de recolhas realizadas por alunos da Universidade do Algarve sob minha orientação.

<sup>15</sup> Desde finais da década de oitenta do século passado que se observa nova recessão de traços dialectais, cada vez mais confinados à Serra e aos falantes mais idosos. A migração de populações da Serra para os centros urbanos tem, em contrapartida, provocado a transferência de alguns deles (sobretudo dos de natureza morfossintáctica) para o Barrocal e o Litoral.

<sup>16</sup> Veja-se o que ficou dito na nota 13 a propósito das razões que motivaram a diferenciação referida.



Mapa 2. Localidades onde foram realizados inquéritos linguísticos (Adaptado de Maia 1975: 7. Mapa N° 1)

§1. Deslocamento em cadeia do timbre do vocalismo tónico: [i > e (apenas em contexto de nasal ou vibrante), e > ε, ε > æ, a > â, ɔ > o, o > u, u > ü]

*fret* 'frito', *mésa* 'mesa', *pæ* 'pé', *afelhado* 'afilhado', *argôlas* 'argolas', *enxufre* 'enxofre', *mûla* 'mula'

Os exemplos apresentados ilustram a abertura e abaixamento das vogais anteriores [i > e, e > ε, ε > æ], a velarização da vogal central [a > â], o fechamento das posteriores médias [ɔ > o, o > u] e a palatalização da posterior fechada [u > ü].

Característica do Barlavento algarvio, as isófonas destas mudanças não são coincidentes nem têm todas a mesma vitalidade. A ocorrência esporádica e não sistemática de algumas delas nas zonas central e oriental leva a crer que a deslocação em cadeia do vocalismo tónico possa outrora ter abrangido todo o Algarve (Maia 1975: 116-117).

Fenómeno semelhante caracteriza a localidade de Tolosa, no concelho alto-alentejano de Nisa, onde se observa a deslocação em cadeia de todo o vocalismo, tónico e átono (Florêncio 2001: 77)<sup>17</sup>. O falar desta localidade enquadra-se na variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo, que se individualiza pela palatalização de *u* e *a* tónicos (esta última condicionada ao contexto fonético), a labialização de *e* fechado tónico em [œ], a velarização de *a* tónico e o resultado palatalizado [ö] da monotongação de *ou* (Segura e Saramago 2001: 226).

<sup>17</sup> Estes, como todos os outros dados, dependem das recolhas efectuadas, que não são uniformes no território considerado. É, assim, provável que novas recolhas venham mostrar a existência destes fenómenos noutras localidades da área centro-meridional.

Do mesmo modo, vários dos elos da cadeia de alterações do vocalismo tónico persistem nos dialectos do centro interior e sul, pelo que esta mudança pode ter sido difundida em todo o seu território mas não se ter chegado a fixar por completo nalgumas zonas e noutras ter entrado em recessão.

Desconhece-se o elo despoletador destas alterações tímbricas e os factores (linguísticos e extra-linguísticos) que o motivaram. O carácter excepcional da palatalização de *u* (e bem assim de *a* e do resultado palatalizado da monotongação de *ou*, que também se observam no algarvio) na fonética histórica peninsular e a sua afinidade com idênticos fenómenos galo-românicos têm sido explicados por influência quer de um antigo substrato céltico quer dos Templários e Hospitalários, que tiveram a seu cargo a defesa e povoamento da maior parte da Beira Baixa e Alto Alentejo (Cruz 1987: 263-276)<sup>18</sup>.

As duas hipóteses não são incompatíveis. É provável que a colonização das ordens militares de origem franca tivesse acentuado hábitos articulatorios ancestrais, conforme parece abonar a alteração da integralidade do sistema vocálico em Tolosa, localidade de fundação hospitalária. O mesmo se deve ter passado na região algarvia: integrando a *koiné* difundida em todo o território com a colonização interna, cujo maior afluxo deve ter provindo do Alentejo<sup>19</sup>, esta cadeia de mudanças encontraria no antigo território céltico do Barlavento condições propícias à sua fixação.

## §2. Palatalização da vogal tónica *a*

*buréco* 'buraco', *preciséva* 'precisava', *morêngos* 'morangos', *usêmos* 'usamos'

A palatalização da vogal tónica *a* é condicionada pelo contexto, pois só se observa quando a vogal está em contacto com consoante palatal ou quando na sílaba precedente se encontra *i* ou *u* vocálicos ou semivocálicos. A mesma mudança ocorre no dialecto algarvio quando a vogal é seguida de consoante nasal homo ou heterossilábica.

A maior vitalidade deste traço verifica-se nas zonas central e oriental, dado o Barlavento ter privilegiado a velarização deste fonema independentemente do contexto (v. § anterior).

Este fenómeno, que nos outros territórios colonizados se manifesta numa área contínua que recobre a franja sul da Beira Alta, a Beira Baixa e o norte do Alto Alentejo e se regista

---

<sup>18</sup> Deixo de lado as hipóteses estruturalistas, que explicam a alteração em cadeia por fenómenos inerentes ao sistema linguístico, por ultrapassarem o âmbito desta comunicação.

<sup>19</sup> É conhecido o facto de as migrações internas provirem, sobretudo, das regiões contíguas. Apesar de não se ter procedido ainda ao levantamento dos colonos e respectivas origens, há referência na documentação medieval à vinda de alentejanos para o Algarve (Oliveira 1997: 13).

igualmente em algumas localidades do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (Segura e Saramago 2001), ficaria a dever-se, conforme referido, aos mesmos factores que condicionaram a alteração em cadeia do vocalismo tónico.

### §3. Ditongação da vogal tónica nasal final $\bar{a}$ (<-ĀNA)

*manhão* 'manhã', *irmão* 'irmã', *lão* 'lã', *cristão* 'cristã'

A terminação ditongada  $-\bar{a}o$  constitui um dos diferentes resultados históricos da terminação latina  $-\bar{A}NA$ <sup>20</sup>. Trata-se de uma solução que, ocorrendo esporadicamente em todos os dialectos do português europeu, se apresenta concentrada em três áreas dialectais homogéneas, embora descontínuas (Maia 1975 e 1981): a primeira, compreende a região interamnense, ultrapassando a margem esquerda do Douro até ao extremo setentrional do concelho de Ovar e abrangendo parte dos concelhos de Feira, Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende; a segunda, mais reduzida, localiza-se nos distritos de Castelo Branco (nos concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Castelo Branco) e de Portalegre (no concelho de Nisa); e a terceira observa-se nos distritos de Beja (nos concelhos de Ourique, Castro Verde, Almodôvar e Mértola) e de Faro (nos concelhos de Alcoutim, Loulé, Silves, Portimão, Lagos e Aljezur).

Para esta solução têm sido defendidas duas hipóteses de derivação histórica: uma que a faz preceder da solução minhota  $-\acute{a}o$ , através da semivocalização da consoante nasal velarizada, e que explica a sua difusão pela colonização com aquela procedência, em virtude das inegáveis afinidades dialectais daquelas regiões de colonização entre si e com a minhota (Maia *ibidem*); outra que a considera resultante da ditongação de  $-\bar{a}$ , em função de uma tendência evolutiva comum às vogais tónicas nasais em contexto final manifestada em todo o território do português europeu (Martins 1995)<sup>21</sup>. Cronologicamente, as ditongações da vogal nasal tónica final ( $-\bar{a} > -\bar{a}o$ ) e da variante minhota ( $-\acute{a} > -\acute{a}o$ ) devem ser coevas, provavelmente posteriores ao séc. XIV, pois pressupõem a crase anterior das vogais em hiato (v. nota 18).

---

<sup>20</sup> A síncope galego-portuguesa de N intervocálico, ocorrida em época anterior ao século IX, deu origem à forma primitiva  $-\bar{a}a$ , com hiato vocálico e ressonância nasal na primeira vogal. Desta forma evoluíram as divergentes  $-\acute{a}$  (com perda da nasalidade e redução do hiato por crase:  $-\bar{a}a > -aa > a$ ),  $-\acute{a}o$  (com crase das duas vogais numa vogal de timbre aberto e consonantização da ressonância nasal:  $-\bar{a}a > aa\eta > -a\eta$ ) e  $-\bar{a}$  (com crase das duas vogais numa vogal nasal:  $-\bar{a}a > -\bar{a}\bar{a} > -\bar{a}$ ). As duas primeiras já se observariam na fase galego-portuguesa e caracterizam actualmente tanto o galego como o minhoto e o duriense litoral:  $-\acute{a}o$  observa-se no alto-minhoto e no galego ocidental e  $-\acute{a}$  na variedade baixo-minhoto e duriense litoral e no galego oriental. A terceira constituiria uma solução comum portuguesa adoptada pela língua culta.

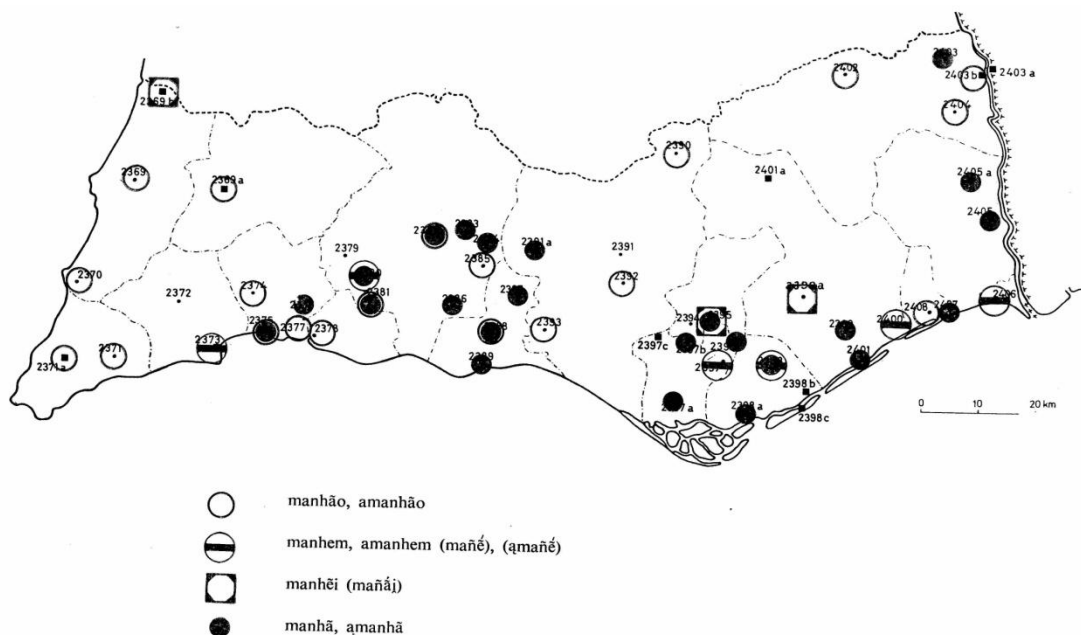
<sup>21</sup> Embora na Estremadura ocorra apenas esporadicamente, devido à influência da norma da capital.

A coexistência de diferentes resultados de uma mesma terminação latina é comum a todas as variedades do português europeu (Martins *ibidem*), pelo que a variação  $-\tilde{a}$  ~  $-\tilde{a}o$  nos dialectos secundários mencionados não exclui a possibilidade de a solução ditongada ter origem quer em  $-\tilde{a}y$  quer em  $-\tilde{a}$ . Pode até dar-se o caso de ela ser um resultado convergente da evolução de ambas, dado o contexto sociolinguístico de contacto de variedades linguísticas que caracterizou a colonização interna. A conservação da solução minhota  $-\tilde{a}y$  na povoação da Sertã (distrito de Castelo Branco) constitui um vestígio da presença desta variante nos territórios colonizados (Maia 1981).

No caso particular do algarvio, o resultado  $-\tilde{a}o$  pode associar-se à tendência para a paragoge vocálica ou para o desenvolvimento de semivogal, motivados foneticamente pela maior duração da vogal tónica em contexto final<sup>22</sup>, assim como à ditongação minhota do *a* tónico entravado por consoante nasal (v.g. *brãuca* 'branca', *lãupus* '(figos) lampos', *grãudes* 'grandes') que se conserva nas localidades barlaventinas de Alvor e Marmeleite.

A par de  $-\tilde{a}o$  e de  $-\tilde{a}$ , o algarvio regista ainda as variantes  $-\tilde{e}$  e  $-\tilde{e}i$  (esta também ditongada), provenientes de  $-\tilde{a}$  por assimilação do traço palatal da consoante precedente.

A distribuição destas variantes revela um uso pretérito generalizado da solução  $-\tilde{a}o$ :



Mapa 3. Variantes de *manhã* e *amanhã* (Maia 1975: 15. Mapa N° 4)

#### §4. Ensurdimento do *i* átono

<sup>22</sup> São exemplos de paragoge vocálica e do desenvolvimento de semivogal formas como *vocêa* 'você', *porquêi* 'porquê', *péi* 'pé', *pau* 'pá' *avou* 'avó', que se observam com particular vitalidade no Barlavento e na Serra.

*azenhêra* 'azinheira', *afelhado* 'afilhado', *dessesse* 'dissesse', *menterosa* 'mentirosa'

O enfraquecimento articulatório desta vogal, sobretudo quando pretónica, ficou a dever-se a uma permuta antiga de *i* e *e* átonos, abonada, para o Algarve, por Contador de Argote (1725: 295)

«[O dialecto do Algarve] differe na pronuncia [do da Estremadura], porque ao *E*, fechado pronunciação como *I*, assim como *Pedaço* dizem *Pidaço*, e ao *I* pronunciação como *E* fechado, assim como *Dizer* pronunciação *Dezer*, e em outras cousas.»

e, para a Estremadura e o Alentejo, por Monte Carmelo (1767:501, §3).

§5. Realização da terminação nasal átona (nominal e adverbial) *-em* como *-a*

*viaja* 'viagem', *linguaja* 'linguagem', *vertija* 'vertigem', *ôta* 'ontem'

A conservação da vogal final *ẽ*, tanto tónica como átona (*bẽ* 'bem', *tẽ* 'tem', *alẽ* 'além', *fazẽ* 'fazem'), é uma característica comum dos dialectos do centro interior e sul. Já as suas variantes centralizadas tónica *ã* (*bã* 'bem', *vã* 'vem', *alã* 'além') e átona *a* apenas se observam como traços de uso geral no algarvio. Trata-se de uma evolução particular deste dialecto, ancorada na variação entre *ẽ* e *ã* neste e noutros contextos<sup>23</sup>. A desnasalização da vogal (*ã* > *a*) seria condicionada pela sua atonicidade. Menos vitalidade teria a extensão deste mesmo fenómeno às terminações verbais de 3.<sup>a</sup> pessoa do plural, que apenas se regista em Marmeleite (*coma* 'comem', *ficara* 'ficarem').

§6. Apócope ou redução do *u* átono final, grafado <o>

*cop* ~ *cope* 'copo', *Far* ~ *Fare* 'Faro', *médique* 'médico', *vezinh* 'vizinho', *dur* 'duro'

A queda da vogal final é um moçarabismo<sup>24</sup> devido a influxo árabe<sup>25</sup>, característico da Beira Baixa e Alto Alentejo, do Baixo Alentejo e do Algarve. Nesta última região, exceptuando Alcoutim, Cachopo e Odeleite, povoações do nordeste onde a vogal se realiza como [u], a redução ou apócope são generalizadas<sup>26</sup>. É no litoral, zona de maior densidade populacional, que a supressão da vogal se observa com mais intensidade. A antiguidade

<sup>23</sup> A mesma permuta ocorre quando a vogal *e* é travada por consoante nasal. E, nesse contexto, regista-se igualmente no alentejano.

<sup>24</sup> Um outro tipo de moçarabismo ainda usado no Algarve, embora não de forma generalizada, são os plurais femininos em *-es* (v.g. *as escadas* 'as escadas').

<sup>25</sup> O árabe andaluz apocopava a vogal final *-o* das formas românicas, em virtude de os substantivos masculinos árabes terminarem em consoante. Esta característica, que seria transmitida ao romance moçárabe, está atestada e abundantemente ilustrada na toponímia coeva do domínio islâmico.

<sup>26</sup> A ausência deste traço nestas povoações pode ter-se ficado a dever à colonização agrícola e repovoamento do nordeste algarvio no século xv.

deste fenómeno manifesta-se nos plurais respectivos, que se formam pela junção do morfema de número ao singular com redução da vogal: *services* 'serviços', *gomes* 'gomos de laranja', *pórques* 'porcos'.

#### §7. Redução dos ditongos *ou* e *ei*

*fôce* 'fouce', *largô* 'largou', *feguêra* 'figueira', *pinhêr* 'pinheiro', *azête* 'azeite'

A monotongação destes ditongos é uma característica inovadora dos dialectos portugueses meridionais, que se propagou para Norte. A de *ou* foi acolhida nos dialectos portugueses centrais e na língua padrão, apresentando a variante palatalizada [ö] nas variedades da Beira Baixa e Alto Alentejo e do Barlavento algarvio (cf. §§1 e 2). A monotongação de *ei* ficou-se pela faixa ocidental da Estremadura e não se normativizou.

Cintra (1983: 47-49) considera que a sua expansão para norte se possa ter produzido durante os sécs. XIII e XIV e acentuado em finais de trezentos e no início de quatrocentos quando a população do Sul do reino adquiriu papel preponderante nos exércitos e na corte de D. João I. A génese desta mudança em antigo território linguístico moçárabe, que se caracterizava pela manutenção dos ditongos *ai*, *ei*, *au* e *ou*, explica-a o mesmo autor por no destino linguístico da zona meridional do território português ter pesado, mais do que a existência do substrato moçárabe, a circunstância de se tratar de uma zona de colonização feita com gente de várias origens e, portanto, propícia à aceitação e propagação de inovações. Mas é provável que o influxo do adstrato árabe não tivesse sido estranho a este processo, uma vez que a tendência para a redução dos ditongos *ou* e *ai* do árabe antigo era frequente no andaluz (Fernandes 2007: 58b). É, aliás, o que as primeiras atestações conhecidas destas monotongações, que se começam a verificar em documentos meridionais logo na segunda metade do século XIII, parecem sugerir (Pinto 1980-1981: 188-189, n.153). Na documentação remanescente algarvia, a de *ei* atesta-se a partir de 1385 (Cardeira e Fernandes, 1997: 60-61).

#### §8. Síncope ou metátese da semivogal palatal dos ditongos crescentes postónicos

*dúza* ~ *dúiza* 'dúzia', *negóce* ~ *negóice* 'negócio', *meséra* 'miséria', *remédos* 'remédios',  
*gêmos* ~ *gêimos* 'gémeos', *ambulâinça* ~ *ambulança* 'ambulância'

São frequentes as atestações em galego-português de ditongos crescentes postónicos derivados de hiatos latinos (PLUVIA- > chuva, RAVIA- > ravia), que vieram a desaparecer ainda no português arcaico, quer por síncope da semivogal (chuvia > chuva) quer através

da sua atracção para a sílaba tónica (ravia > raiva), devido à intensidade do acento e consequente maior duração da sílaba tónica.

Estas tendências evolutivas, que fizeram parte da *koiné* medieval, viriam a caracterizar os dialectos centro-meridionais<sup>27</sup>. A sua produtividade atingiria os ditongos crescentes postónicos resultantes da resolução de hiatos galego-portugueses no português médio (*v.g. géimo ~ germo* 'gémeo', do lat. GEMĪNU-). No algarvio, conservam toda a sua vitalidade e continuam a aplicar-se a neologismos<sup>28</sup>.

#### §9. Distinção entre os fonemas /b/ e /v/

*bento vs vento*

À época da conquista a sul do Tejo, os dialectos portugueses setentrionais distinguiam duas bilabiais sonoras, a oclusiva [b] e a fricativa [β] de origem galego-portuguesa<sup>29</sup>. Os mesmos fonemas parecem ter caracterizado, na generalidade, o romance moçárabe. Há, no entanto, indícios toponímicos de que na variedade moçárabe do sudoeste peninsular, a oposição fonológica entre a oclusiva bilabial /b/ e a fricativa labiodental /v/ se observava no final do século XII (Fernandes 2007: 60, 66), o que abona a hipótese comumente aceite de esta oposição ser devida a influxo moçárabe. Facto é que, no contexto hispânico, ela só se verifica nos dialectos portugueses centro-meridionais, constituídos em antigo território moçárabe, e na norma-padrão neles sediada. Não é de recusar que essa distinção pudesse ter sido reforçada por influência das ordens militares de origem galo-românica, dado a oposição entre a oclusiva bilabial e a fricativa labiodental caracterizar igualmente esse domínio linguístico.

Nas localidades de Alcoutim, Odeleite, Bordeira, Patação, Alvor e Vila do Bispo persistem ainda resíduos lexicalizados de realizações oclusivas ou fricativas (neste caso, por vezes levemente labiodentais), que documentam a colonização setentrional: *barrer* 'varrer', *brabe* 'bravo', *baca* 'vaca', *leβar* 'levar'.

#### §10. Fusão do sistema de sibilantes nas predorsais /s/ e /z/

*passo e paço [s] coser e cozer [z]*

<sup>27</sup> A metátese da semivogal é abonada por Monte Carmelo (1767, 501-502, §§3 e 4) como característica da plebe da Estremadura, do Alentejo e do Algarve. O autor dá como exemplos *Antoïno* e *Theotoïno* por *Antonio* e *Theotónio* e *Oratoïro* e *Purgatoïro* por *Oratório* e *Purgatório*.

<sup>28</sup> É o caso de *ambulânça* ~ *ambulância* 'ambulância', do francês *ambulance* (1792) 'hospital ambulante que segue as tropas' (Houaiss 2001, s.v. *ambulância*).

<sup>29</sup> Trata-se do betacismo, fenómeno conhecido como a troca do *v* pelo *b*, que continua a permitir reconhecer a proveniência setentrional de um falante do português europeu.

Na sua proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses, Cintra (1983: 117-164) usa a realização das sibilantes como uma das características que permitem traçar fronteiras entre grupos de dialectos, na medida em que o transmontano-alto-minhoto ainda conserva o sistema medieval de quatro sibilantes<sup>30</sup>, o baixo-minhoto-duriense-beirão o reduziu às duas ápico-alveolares<sup>31</sup> e o centro-meridional às predorsodentais. Nesta distribuição, o transmontano-alto-minhoto ilustra o estado evolutivo da língua culta do século XV, quando as africadas predorsodentais /ts/ e /dz/ tinham já perdido o seu elemento oclusivo inicial, mas se mantinham ainda distintas das fricativas ápico-alveolares.

A simplificação do antigo sistema de quatro sibilantes em favor das predorsodentais teve diferentes focos de mudança nos territórios colonizados e encontra-se atestada desde a segunda metade do século XIII, nomeadamente num documento de Loulé datado de 1277 (Cintra 1999 [1963b]: 228). Esta inovação seria, tal como a anterior, acolhida na norma-padrão.

#### §11. Conservação de N e L intervocálicos

*ponente* 'poente', *arrana* 'rã', *aldeano* 'aldeão', *manita* 'mãozinha', *maçanêra* 'macieira', *retenida* 'cabo de 250 braças para puxar as redes de pesca', *calada* (fazer a) 'lançar as redes de pesca formando círculo'

As formas com conservação destas consoantes latinas são arcaísmos que abonam a sobrevivência do romance moçárabe na região durante o período islâmico, na medida em que se observam em palavras do seu fundo patrimonial, relacionadas com as actividades agrícolas e piscatórias das populações ou com o seu vocabulário afectivo. Esse romance caracterizava-se pela conservação das referidas consoantes em contexto intervocálico, particularidade que o distinguia do galego-português, que as sincopou. Os tipos mais frequentes abarcam nomes de árvores formados com o sufixo *-eira* e formas diminutivas em que ao radical latino se juntou o sufixo *-ito/a*. A grande vitalidade destas últimas gerou a consciência de um sufixo *-nito* que se generalizou a outras formas, secundárias (*tiçanito* 'tiçãozinho', *leanito* 'leãozinho') e analógicas (*pirunito* 'peruzinho').

#### §12. Formação do plural dos nomes em *-ã* (<-ANE) e *-õ* (<-ONE) através da junção do sufixo flexional de número *-s*

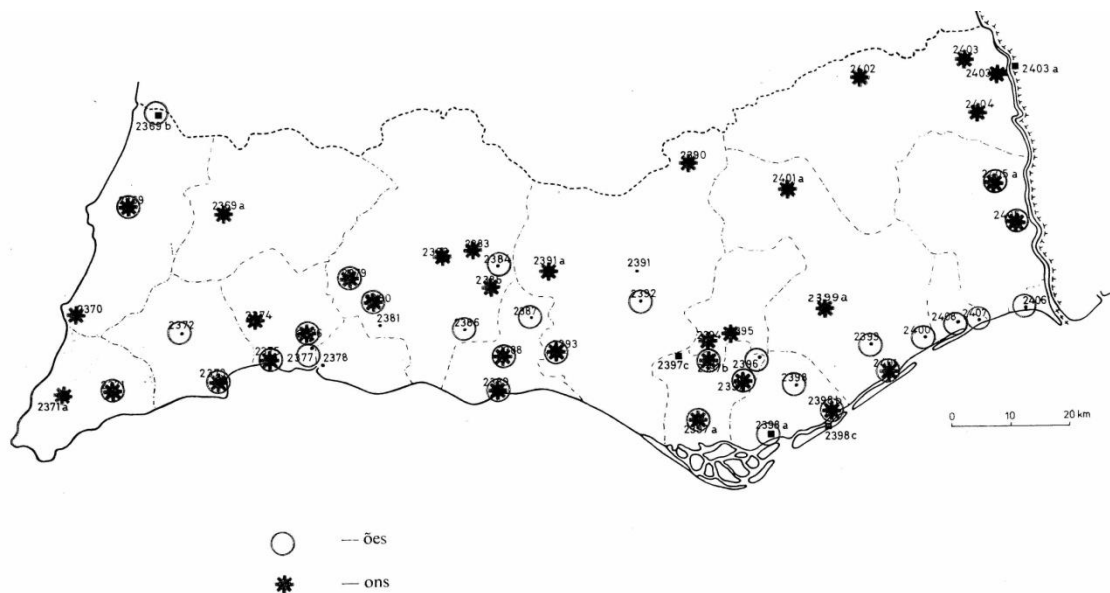
<sup>30</sup> É esse sistema de quatro sibilantes que explica as diferentes grafias: *s* simples e *ss* duplo entre vogais representavam a ápico-alveolar surda (v.g. *sem*, *antes*, *cansado*, *passo*) e *s* simples entre vogais a sonora (v.g. *cozer*, *pisar*); *c* e *ç* representavam a predorsodental surda (v.g. *æm*, *paço*) e *z* a sonora (v.g. *cozer*, *azedo*).

<sup>31</sup> A realização ápico-alveolar das sibilantes é conhecida como *s* beirão.

*condiçõs* 'condições', *trevõs* 'trovões', *ladrõs* 'ladrões', *acãs* 'cães', *pãs* 'pães'

Em galego-português os plurais destes nomes terminavam nas sequências hiáticas (*i.e.*, dissilábicas) *-ães* (<-ANES) e *-ões* (<-ONES), em virtude da síncope de N intervocálico. As formas em *-ãs* e *-õs* documentam variantes dialectais alto-minhotas e galegas sul-ocidentais, de que existem atestações medievais, embora pouco frequentes. A realização do plural em *-ãs* está abonada para a região de Entre-Douro-e-Minho ainda no século XVI (Fernão de Oliveira 1536: 147; 229).

Nas variedades meridionais onde se regista (alto-alentejano, baixo-alentejano e algarvio), este tipo de plural parece corresponder a uma regularização morfológica ancorada nessas variantes<sup>32</sup> e cronologicamente anterior à uniformização, na língua culta, das terminações nasais singulares *-ã* e *-õ* no ditongo *-ão*. Essa regularização não teria a mesma produtividade nem se fixaria do mesmo modo em toda a área considerada: no alto-alentejano, observando-se, de acordo com os dados conhecidos<sup>33</sup>, apenas no falar de Tolosa (concelho de Nisa), iria mais longe e abarcaria também os nomes terminados em *-ão* (<-ANU), passando todos eles a fazer o plural em *-õs* se do género masculino e em *-ãs* se do género feminino; no dialecto algarvio, apenas os plurais em *-õs* se generalizariam, das formas em *-ãs* subsistindo apenas escassos vestígios em Marmeleite, Bordeira (concelho de Faro) e Zambujal (concelho de Alcoutim).



Mapa 4. Plurais em *-ons* e em *-ões* (Maia 1975: 54. Mapa N° 10)

<sup>32</sup> Hipótese abonada pela conservação das terminações nominais singulares *-ã* (<-ONE), ou da sua variante ditongada minhota *õu*, (*alguedõ* 'algodão', *colchõ* 'colchão', *feijõ* 'feijão', *paixõu* 'paixão', *melõu* 'melão'), e *-ã* (<-ANE). Aquela regista-se no Patacão e em Bordeira, na zona central, e esta em algumas localidades da Serra, nomeadamente no nordeste.

<sup>33</sup> Veja-se o que ficou dito na n. 17.

§13. Terminação em  $-\bar{o}$ , ou na sua variante desnasalizada  $-u$ , da 3ª pessoa do plural do Pretérito Perfeito do Indicativo (gal.-port.  $-\bar{o} < -\bar{u}NT$ ), do Presente do Indicativo da 1ª conjugação e do Pretérito Imperfeito das 2ª e 3ª conjugações (gal.-port.  $-\bar{a} < -ANT$ )

*eles ficarō ~ ficaru 'ficaram', penêraru 'peneiraram', fôrō ~ fôru 'foram', chamō - chamu 'chamam', tocu 'tocam', traziō 'traziam' diziu 'diziam'.*

A terminação verbal  $-\bar{o}$  constitui um dos traços de uso geral no dialecto alentejano e observa-se também no algarvio a par da variante desnasalizada  $-u$  dela evoluída (*ficaru*  $<ficarũ < ficarō; chamu < chamũ < chamō < chamã^{34}$ ). As duas variantes ocorrem ainda no minhoto e são cronologicamente anteriores à ditongação de  $-\bar{o}$  em  $\bar{o}u$  nesse dialecto. A variante nasal seria, assim, um dos traços da *koinê* medieval. Quanto à variante desnasalizada, tanto pode ter sido uma mudança autóctone condicionada pela atonicidade da vogal, paralela à que caracterizou a evolução  $-\bar{e} > -\bar{a} > -a$  (v. §5), como ser devida aos colonos de proveniência minhota. Esta variante observa-se igualmente no baixo-alentejano.

Este traço, cuja recessão é antiga, regista-se em Marmeleite, Alte, Patã, Bordeira (concelho de Faro), generalizadamente no concelho de São Brás de Alportel (Estanco Louro 1996 [1929]: 204) e em Alcoutim, Cachopo e Odeleite.

§14. Terminação em  $-\bar{i}$  da 1.ª pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da 1.ª conjugação

*jantí 'jantei', gostí 'gostei', casí 'casei', precurí 'perguntei'*

Trata-se de uma inovação meridional por analogia com as outras conjugações<sup>35</sup>. Menos frequentes e resultantes da penetração da norma-padrão, são as formas em  $-\bar{e}i$  com redução do ditongo: *lavê 'lavei', achê 'achei', chamê 'chamei'*.

§15. Participípios passados fortes

*repêso 'arrependido', côrto 'cortado', aponte 'apontado', certo 'acertado'*

Este tipo de participípio passado, com acento na vogal do radical, era frequente em galego-português e apresenta ainda uma grande vitalidade nos dialectos meridionais, sobretudo no

<sup>34</sup> A evolução  $-\bar{a} > -\bar{o}$ , observada para o Presente e para o Pretérito Imperfeito do Indicativo, explica-se por convergência analógica com o resultado etimológico da terminação do Pretérito Perfeito.

<sup>35</sup> A terminação verbal  $-\bar{i}$ , abonada por João Franco Barreto (1671: 54) como característica do Ribatejo, é por ele condenada como «uma notavel barbaria, & mayor por ser aqui tã visinho da Corte».

algarvio. Não é corrente noutras regiões do país, onde só muito raramente tem sido registado<sup>36</sup>.

#### §16. Perifrástica gerundiva

*tava cêfando* 'estava a ceifar', *anda guardando ovelhas* 'anda a guardar ovelhas'

A perifrástica gerundiva galego-portuguesa conservar-se-ia em galego e nos dialectos portugueses meridionais<sup>37</sup>. Tendo caracterizado todo o português arcaico, seria igualmente transplantada para os Açores e para o Brasil, onde ainda hoje é de uso geral.

#### §17. Gerúndio flexionado em orações subordinadas introduzidas por *quando*, *onde*, *em* e *se*

*quando eu morrendo.., em tu me chamandos... , se o homa não arrebandando...*

Uso frequente do gerúndio flexionado em pessoa e número (de acordo com o paradigma *eu vindo, tu vindos ~ vindes, ele/você vindo, nós víndomos, (vós víndeis), eles / vocês vindem*), em vez do futuro do conjuntivo, do presente do indicativo ou mesmo, ainda que muito raramente, do infinitivo flexionado, em orações temporais e condicionais.

Ao contrário do infinitivo flexionado galego-português, o gerúndio flexionado não se encontra atestado na documentação medieval e a sua implantação geográfica é mais limitada: regista-se apenas em três localidades galegas das províncias da Coruña, Pontevedra e Lugo e, no território do português europeu, na Beira Alta, Beira Baixa, Alentejo e Algarve, nos falares fronteiriços de Cedillo (Cáceres) e de Olivença (Badajoz) em Espanha e, esporadicamente, na ilha da Madeira (Lobo: no prelo). Estes factores fazem crer que o gerúndio flexionado, de que se desconhece a origem, seja mais tardio do que o infinitivo flexionado (este com origem no imperfeito do conjuntivo latino) e que resulte de um processo analógico espontâneo.

#### §18. Arcaísmos lexicais

---

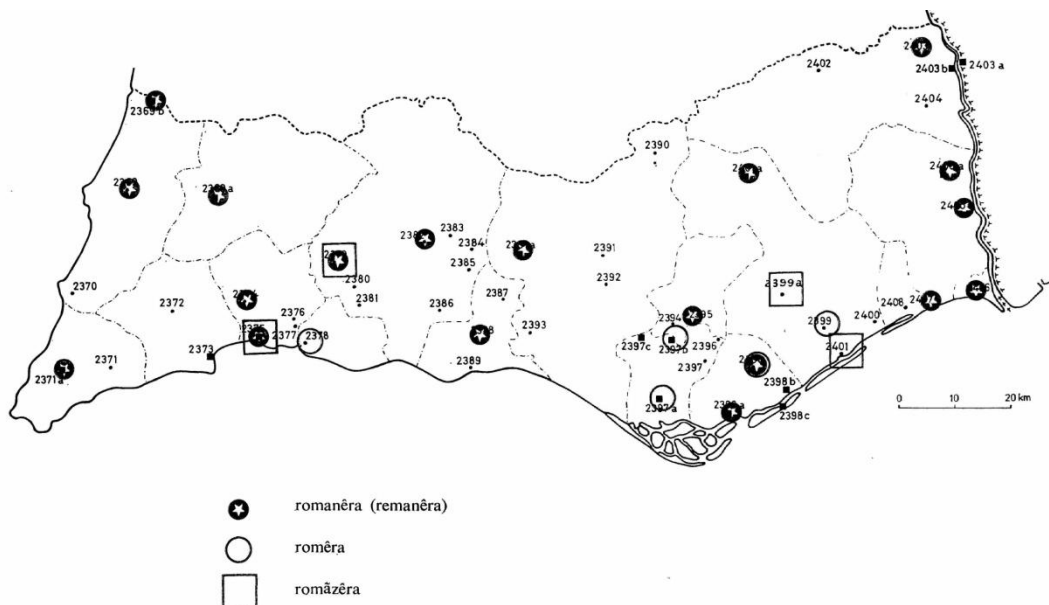
<sup>36</sup> Não obstante, nas variedades normativas galega e portuguesa, há participios passados fortes que persistiram (*v.g.* aberto, feito, posto, roto), outros que convivem ainda hoje com os fracos (*v.g.* enxuto / enxugado, impresso / imprimido, nado / nascido) e outros que se converteram em adjectivos (*v.g.* estreito, farto, tinto) ou substantivos (*v.g.* cinto, colheita, jeito).

<sup>37</sup> A par da perifrástica gerundiva, verifica-se no algarvio e no baixo-alentejano um outro conservadorismo comum ao galego: o da perifrástica perfectiva *dar + participio passado*, usada em geral na forma negativa, com o sentido de 'conseguir, poder' (*v.g.* *nã dô isto corto* 'não dou isto cortado', ou seja, 'não consigo cortar isto'). Esta característica, que até há pouco tempo se verificava apenas na Serra, chegou ao litoral com as recentes migrações internas algarvias.

A confluência de línguas e variedades linguísticas nos territórios colonizados deixou também testemunhos lexicais, alguns deles particulares às regiões da Beira Baixa e Alto Alentejo, do Baixo Alentejo e do Algarve.

§18a. A par de arabismos (v.g. *alqueive* ~ *alquêve* 'terra preparada para a sementeira', *almece* 'soro do leite', *taleiga* ~ *talêga* 'saco, bolsa', *almadrava* 'armação do atum', *almeixar* 'estendouro onde se secam os figos'), e de moçarabismos (v.g. *trena* 'trança', *grisêu* 'ervilha'), são vários os arcaísmos galego-portugueses ainda em uso na região (v.g. *calma* 'calor', *mandado* 'recado', *avondo* ~ *abondo* 'bastante, suficiente', *belancia* 'melancia', *alomear* 'lembrar, dizer, anunciar').

§18b. Ao mesmo factor se deve a coexistência de variantes de uma mesma palavra. É o caso, por exemplo, das denominações da *romãzeira*. Com *romãzêra*, representante da variante padrão (um derivado em *-zeira* de *romã*)<sup>38</sup>, convivem no algarvio dois derivados em *-ARIA* do latim (MALA) ROMĀNA 'maçã romana'. Esses derivados divergem quanto à perda ou conservação de N intervocálico: a forma galego-portuguesa *romêra* (*romeira* < *romeeira* < *romaeira* < *romãeira* < *romaneira*) e a moçárabre *romanêra*. Todas elas apresentam a particularidade de observarem a redução do ditongo *ei* que caracteriza os dialectos meridionais<sup>39</sup>.



Mapa 5. Denominações da *romãzeira* (Maia 1975: 43. Mapa N° 9)

<sup>38</sup> A variante padrão *romãzeira* é recente, do século XIX.

<sup>39</sup> O mesmo ocorre com *maciêra* 'macieira', que apresenta as variantes *macêra*, *maçanêra* e a análoga *maçzêra*. A galego-portuguesa *maceira* ainda se usa na Galiza. As formas de origem setentrional *maceira* e *macieira* resultam de diferentes resoluções do hiato da forma intermediária *maceira* (< *maçeira* < *maçeira* < *maçaneira*): crase das vogais, no primeiro caso, e semivocalização da vogal pretónica, no segundo.

## Referências

- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725). *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*. 2ª impressão. Lisboa: Oficina da Musica. [Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/10>].
- BARRETO, João Franco (1671). *Ortografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa. [Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/18>].
- BECHARA, Evanildo (1991). As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (ed. Dieter Kremer). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, vol. III, 68-75.
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1974). *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica. Dialectologia e História da Língua*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, vol. I, tomo I.
- CARDEIRA, Esperança (2006). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CARDEIRA, Esperança, e FERNANDES, Maria Alice (1997). Aspectos do português algarvio na transição do século XIV para o XV. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, vol. II, 55-68.
- CASTRO, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*, 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1963a). Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle. *Revue de Linguistique Romane*, 27, 59-77.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1963b). Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie. *Revue de Linguistique Romane*, 27, 40-58. Reed. em FARIA, Isabel Hub, org.(1999). *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 199-231.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1983). *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- CRUZ, Maria Luísa Segura da (1987). *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação em Linguística Portuguesa para acesso à categoria de Investigador Auxiliar (inérita). Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CRUZ, Maria Luísa Segura da (1991). *O Falar de Odeleite*. Lisboa: INIC / CLUL.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Filipe Lindley (1988). *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, 2ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- ESTANCO LOURO, Manuel Francisco (1929). *O Livro de Alportel*. (2006, 3ª ed.). São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel.
- FERNANDES, Maria Alice (2007). A toponímia do percurso. KHAWLI, Abdallah, FRAGA DA SILVA, Luís, e FERNANDES, Maria Alice. *A Viagem de Ibn Ammâr de São Brás a Silves*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal, 46-66 e 78-80. [Disponível em Campo Arqueológico de Tavira: <http://www.arqueo-tavira.com>].
- FLORENCIO, Manuela (2001). *Dialecto Alentejano. Contributos para o seu Estudo*. Lisboa: Edições Colibri / Centro de Estudos do Alentejo.

- FONSECA, Luís Adão da (1999). O Algarve da reconquista à conjuntura depressiva do século XIV. MARQUES, Maria da Graça Maia (coord.). *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Colibri, 115-122.
- FRAGA DA SILVA (2007). Reconstituição geográfica do percurso. KHAWLI, Abdallah, FRAGA DA SILVA, Luís, e FERNANDES, Maria Alice. *A Viagem de Ibn Ammâr de São Brás a Silves*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal, 27-45 e 76-77. [Disponível em Campo Arqueológico de Tavira: <http://www.arqueo-tavira.com>].
- LOBO, Maria (no prelo). Aspectos da Sintaxe das Orações Gerundivas do Português Dialectal. *Actas do Congresso Internacional '500 Anos de Língua Portuguesa no Brasil'* (Évora, Maio de 2000). [Disponível em Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: <http://clul.ul.pt/>].
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1975). Os Falares do Algarve (Inovação e Conservação). Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, 17.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1981). Geografia Dialectal e História do Português. Resultados da terminação latina –ANA. *Biblos*, 57, 73-96.
- MARTINS, Ana Maria (1995). A Evolução das Vogais Nasais [ã], [õ] e [ẽ] no Português. PEREIRA, Cilene da Cunha e Paulo Roberto Dias PEREIRA (org. e coord.). *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 617-649.
- MARTINS, Ana Maria (2002-2004). Geografia da Língua Portuguesa. Castro, Ivo (dir.). *História da Língua Portuguesa em linha*. Centro Virtual Camões: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/geografia/index.html>.
- MONTE CARMELO, Luís de (1767). *Compêndio de Orthografia*. Lisboa: Officina António Rodrigues Galhardo. [Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/9>].
- OLIVEIRA, Fernão de (1536). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugénio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (1997). Algarve. MATTOSO José, DAVEAU Suzanne e Duarte BELO (org.). *Portugal - O Sabor da Terra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PINTO, Adelina Angélica (1980-1981). A africada ç em português: estudo sincrónico e diacrónico. *Boletim de Filologia*, xxvi, 139-192.
- SEGURA, Luísa, e SARAMAGO, João (2001). Variedades dialectais portuguesas. MATEUS, Maria Helena Mira (coord.). *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas* [Catálogo]. Lisboa: Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura, 221-237.
- SIEGEL, J. (1985). Koines and koineization, *Language in Society*, 14, 357-378.
- SILVA NETO, Serafim da (1961). *A Constituição do Português como Língua Nacional*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1901). *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Edição facsimilada (1987, 3ª ed.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.